

PRAGMATISMO E O IDEAL ATIVISTA: SIGA O DITADO CHINÊS¹

Homero Cezar Nogueira Tostes Filho²

Universidade Federal de Juiz de Fora

Resumo

O presente artigo tenta iniciar a medição da comunicação alternativa de baixa tecnologia como processo de significação relevante, num ambiente exponencialmente tecnologizado. Em locais urbanos cada vez mais cheios de câmeras, *bluetooth*, tecnologias 3G e outros apetrechos, as ruas ainda contam com manifestações *lowtech* das mais variadas naturezas. Passeatas, greves, pichações e interações entre pequenos grupos ecoam pelos centros das cidades de pequeno e médio porte. Na contramão, o ativismo de rede também cresce: abaixo-assinados digitais tornaram-se presença constante em nossos *e-mails*. *Sites* monitoram a atuação política dos vereadores. O ativismo prolifera-se além da política convencional. Quais seriam as vantagens e desvantagens de meios de alta e baixa tecnologia no ativismo? Como sobrevivem as manifestações ditas “reais” num mundo cada vez mais *online*?

Palavras-chave

Intervenção Urbana; Semiótica; Ativismo; Mudança de Hábito.

“Antes de tentar mudar o mundo, dê três voltas em sua casa.”

(velho provérbio chinês)

1. Soldados da mesma trincheira

O presente artigo tenta iniciar a medição da comunicação alternativa de baixa tecnologia como processo de significação relevante, num ambiente exponencialmente tecnologizado. Em locais urbanos cada vez mais cheios de câmeras, *bluetooth*, tecnologias 3G e outros apetrechos tecnológicos, as ruas ainda contam com manifestações *lowtech* das mais variadas naturezas. Passeatas, greves, pichações e interações entre pequenos grupos ecoam pelos centros das cidades de pequeno e médio porte. Na contramão, o uso de redes

¹ Artigo científico apresentado ao eixo temático “Vigilância, ciberativismo e poder”, do III Simpósio Nacional da ABCiber.

² Mestrando em Comunicação Social, no Programa de Pós-Graduação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) <homeronogueira@gmail.com>.

informatizadas com fins ativistas também cresce: manifestos e abaixo-assinados digitais tornaram-se presença constante em nossas caixas de *e-mail*. *Sites* monitoram a atuação política dos vereadores de nossas cidades.

Independente do grau tecnológico, o que se pode perceber é a proliferação de manifestações de caráter político-social-cultural como instrumentos para defesa de pontos de vista. Da pichação surrealista até os lasers com mensagens antiolimpíadas, passando por campanhas de abraços grátis e manifestações contra os casacos de pele, podemos perceber um mosaico de sentidos: a profusão de signos à procura de novos significados, sejam eles explícitos ou não.

Mais do que isso: a comunicação tornou-se um fator notável das mais diversas atividades: a história é de cada um, tão boa quanto qualquer outra. A informação assume papel central na compreensão de uma sociedade que assombra a si mesma todos os dias.

Com este panorama desenhado, procuraremos encontrar a lógica nesta proliferação de sentidos à luz das teorias de Charles Sanders Peirce. A cosmologia semiótica peirciana, bem como o estudo dos interpretantes nos serão úteis nesta busca. A escolha do quadro de referência reflete-se também nas escolhas de pesquisa: o método semiótico, com suas dissecações em três categorias e ampliação de sentido nos parecem ser as ferramentas mais interessantes para “manusear” o objeto de pesquisa.

As manifestações que não se utilizam de violência ou disputa de poder atuam na modificação de pensamento. O teórico Peirce procurou catalogar os processos que levariam às mudanças de crença. Nosso trabalho é tentar apreender quais as sutis diferenças que fariam pender as escolhas de um ativista bem-informado para suportes comunicacionais *hightech* ou *lowtech*.

2. As manias do universo

Embora seja deveras pretensioso conseguir resumir as idéias de Peirce sobre o pensamento, com o auxílio de estudiosos mais experimentados, pretendemos esclarecer um pouco a teoria do norte-americano sobre a formação dos hábitos.

Para Pierce, o fundamento último do pensamento não seria a ação, mas a mutante e infinita criação e modificação de hábitos, que, em última instância, são pensamentos que se cristalizam em nós. Em sua primeira versão para o Pragmatismo, Peirce chegou à beira de

conceitos que ele rechaçava completamente, como o nominalismo. Para provar seus *insights*, usou o famoso exemplo da dureza, dizendo que um diamante não é duro ou mole até que seja testado. Com o amadurecimento de seus apontamentos e a chamada à baila do conceito antes ignorado da Estética, Peirce aderiu ao Realismo Escolástico, mais universal, que tratava da existência das coisas além da compreensão humana. Tudo aquilo que seria cognoscível seria real, mas não dependente de um pensamento humano em particular. O que não quer dizer que seja independente do pensamento em geral.

Através desta proposição, Peirce rechaçava o nominalismo que uma opinião de um grupo finito poderia gerar em uma busca pela verdade, além de começar a expor seu ideal de que o pensamento tende a uma razoabilidade que precisa ser a mais coletiva possível.

Não devemos adotar uma visão nominalista de Pensamento, como se fosse algo que o ser humano tivesse dentro de sua consciência. A consciência pode significar qualquer uma das três categorias. Mas se for significar Pensamento, ele está muito mais fora de nós, do que dentro. Nós estamos no Pensamento e não ele em nós. Isso conduz, então, ao sinequismo³ que é a pedra angular do arco (PEIRCE, CP 8.256, 257).

Peirce esclarecia que sua teoria não podia ser compreendida de maneira isolada: as categorias semióticas seriam o alicerce para o pragmatismo dito “verdadeiro”. E, no cerne destas categorias, já em sua versão madura, havia a proposição mais ousada: a estética seria a primeira propriedade de qualquer signo, com um caráter de isca.

Lucia Santaella descreve o processo:

A aprovação deliberada de qualquer ato voluntário é uma aprovação moral. A Ética, como uma ciência normativa, estuda aqueles fins que estamos deliberadamente preparados para adotar. Isto levou Peirce, algumas vezes, a considerar a Ética como a ciência normativa por excelência, porque um fim é relevante a um ato voluntário de modo fundamental. Entretanto, ele concluiu que a Ética precisa da ajuda de uma ciência mais básica cuja tarefa está em discernir o que é finalmente admirável em si mesmo. Essa ciência, ele chamou de Estética, numa acepção muito diferente daquela que considera a estética como ciência do belo. (2004, p.77)

A partir da Estética, que está atrelada a primeiridade, estaríamos prontos a mesurar idéias que seríamos capazes de admirar. E quanto mais próximo do icônico é esse ideal, maior sua possibilidade de servir a dezenas de ideais particulares. O amor, por exemplo, seria um ideal que, por uma investigação pragmática de suas premissas levaria a idéias de bondade,

³ A continuidade, o movimento natural universal de que tudo tende a um devir.

compartilhamento ou saciedade, sem que perdesse suas características intrínsecas em cada relação amorosa em particular.

Esta aferição do admirável e posterior absorção de certos conceitos acerca do estético nos levaria a um segundo esforço, ainda que simultâneo ao primeiro, de reconhecimento do que estamos prontos a adotar. Aí está nossa secundidade, a Ciência Normativa da Ética agindo na atualização daquele que seria o nosso interpretante lógico, explicado adiante.

À luz da teoria dos interpretantes, todo processo cognitivo semiótico nos leva por este esquema: a atração do que é “admirável”, seguida da adoção ou negação do que este ideal estético representa através da autocorreção de um princípio que já nos era caro. O processo culminaria então, partindo da Estética e da Ética, para a Lógica. Lógica sendo o autocontrole, a capacidade de se autocorriger, que é, para Peirce, “a qualidade mais útil que um animal pode possuir” (PEIRCE, 1877, p.3).

A teoria dos interpretantes então, leva a crer que um ideal estético de razoabilidade a mais coletiva possível é o objetivo do pensamento. Mas há uma característica que pode completar a semiose, se o processo assim a atualizar, que é o cerne da semiótica e também de todo e qualquer ativismo.

3. Mudança de Hábito

Quando do seu segundo Pragmatismo, Peirce procurava encontrar um interpretante lógico diferente do conceitual, que aprisionava a semiose num processo infinito de ressignificação fisicamente inerte, embora existente. Se o ideal é o devir razoável, era preciso identificar qual gatilho levava as pessoas do pensamento à ação, resultando na correção dos ideais apreendidos em cada processo semiótico. Santaella perspassa o caminho:

(...) que tipo de fato mental poderia ser? As concepções, como já vimos, foram descartadas também porque, embora elas sejam, de fato, interpretantes lógicos, não podem funcionar como uma explicação da natureza deles, pois que eles são conceitos nós já sabemos. Em continuidade, para desempenhar o papel do interpretante lógico foram também analisados os desejos e as expectativas, mas estes foram descartados porque não têm uma aplicabilidade geral, exceto na medida em que estão atados a um conceito. Os desejos também foram rejeitados porque são efeitos do interpretante energético. Por exclusão, Peirce chegou, então, ao hábito como interpretante lógico. De fato, não há nada que possa melhor preencher a definição de interpretante lógico do que o hábito. A regra ou hábito, nos diz Savan (1976: 43-4), é um padrão de ações que, sob certas condições apropriadas, será repetido indefinidamente no futuro [...]. As ocorrências da regra ou hábito se dão em um conjunto particular de ações dentro de um período de tempo limitado. Estes

conjuntos de ações particulares são interpretantes energéticos; mas, uma vez que eles exemplificam um hábito indefinidamente repetível, eles também são réplicas de interpretantes lógicos. Note-se que, enquanto os interpretantes emocional e energético têm uma terminação finita, o interpretante lógico é sempre potencialmente repetível sem terminação. (2004, p.83)

O hábito seria a continuidade. Não o particularismo finito de um sentimento ou de uma ação, mas um princípio-guia, atualizado pela experiência, de como reagir a uma determinada situação, identificando pequenas rotinas “familiares” e nos mostrando o que se “deve fazer”. Aí está a chave do pragmatismo que adota o hábito como precedente à ação. É aqui que repousa a força de uma intervenção na cultura, anterior à ação direta, no ativismo.

O que regularia o comportamento da sociedade em um determinado fato seria a razoabilidade estética (ou *summum bonum*) atual deste grupo e os hábitos que se formam a partir deste ideal, gerando os princípios-guia do comportamento coletivo.

O ativismo agiria neste construto, tentando provocar, de alguma forma coletivamente admirável, a atualização da lógica sobre processos com os quais os ativistas não concordariam. Mas como?

4. O Interpretante Último Final

O interpretante último final carrega em si a mudança de hábito. E, como visto em Pimenta, “O processo de mudança consiste na compreensão dos princípios-guia do raciocínio, em harmonia com o *summum bonum*, em direção a uma razoabilidade coletiva.” (PIMENTA, 2006, p. 3).

A busca por uma recorrente atualização das inferências estaria no cerne da lógica defendida por Peirce. Este processo seria o momento semiótico ideal, alcançado com muita dificuldade, já que “apegamo-nos tenazmente não apenas a crer, mas a crer no que cremos” (PEIRCE, 1931-58, p. 5372).

Peirce irá basear a validade da inferência na validade a longo prazo do processo pelo qual é atingida: num tempo suficientemente longo as inferências revelam-se aproximadamente correctas. A sustentação deste tipo de doutrina exige duas teses especiais: o falibilismo – as inferências erradas são afastadas quando as condições de informação ou o choque com a experiência o permitem, nunca se podendo obter certezas em cada caso concreto; e exige também a ideia de verdade como limite ideal. (GRADIM, 2009, p. 5)

Postas as características que provocariam uma heterocrítica mais acurada, podemos afirmar que, em qualquer que seja o suporte, é imprescindível o caminho até uma razoabilidade coletiva cada vez mais plena, mais palpável, mas sempre fugidia, num devir infinito que não é só a busca por aprimoramento do homem, mas do próprio universo. A palavra expansão cabe como uma luva nesta relação metafísica/intelectual.

Outra relevante contribuição está na concepção de que a modificação não pode ser apenas terceiridade. A modificação de crenças passa também pela atualização de ações e sentimentos. Quantas vezes nos vimos agindo de uma maneira da qual discordamos, movidos por sentimentos ou reações? O processo de atualização semiótica é simultâneo, logo, nenhum dos interpretantes pode ser negligenciado, ou a representação pode ser mais pobre do que o necessário para gerar reflexão.

Para tanto, entra em cena o signo degenerado, que se aproxima mais de seu objeto, escapando do escopo da lei para atingir outros níveis de significação.

Para que a mudança de hábitos de sentimento ocorra, é necessária a existência de processos semióticos híbridos, nos quais os interpretantes últimos finais mantêm seu caráter de portadores da lei de geração de semioses, mas, ao mesmo tempo, se apóiam na formação de outros tipos de interpretantes, dinâmicos, energéticos e emocionais. Isto se dá pela entrada em jogo de signos degenerados, ou seja, índices e relações de fundo icônico. (PIMENTA, 2006, p.3)

De posse destes importantes conceitos de mudança de pensamento, podemos agora pincelar, em um âmbito ainda geral de nosso objeto de pesquisa, sobre as propriedades da intervenção urbana direta, em detrimento ao ativismo baseado em alta tecnologia. A intenção desta comparação está na possibilidade de identificar certas diferenças de linguagem e de sentido. Por ser ainda um apanhado mais genérico de algumas das características, optamos por pensar nas manifestações através de sua razoabilidade.

5. Característica das Manifestações

A Estética, a Ética e a Lógica, presentes no mais ínfimo dos processos semióticos, seriam as propriedades a ser lapidadas num ativismo que, para ser funcional, deveria ser o mais razoável possível. E, se o objetivo pode ser alcançado sob qualquer tipo de suporte, já que, por ser do campo do pensamento, afeta os princípios gerais, o que poderia definir a escolha de um veículo comunicacional de baixa ou alta tecnologia? Cremos, e tomamos esta hipótese

como base, que esta escolha embasa-se nas características peculiares dos suportes, que oferecem linguagens diferenciadas e, conseqüentemente, públicos diferentes. Alicerçada nos conceitos de razoabilidade peircianos, nossa pesquisa aponta para algumas das características dos dois grupos de suporte.

Considerando a barreira da língua, podemos dizer, sem medo de errar, que uma intervenção urbana possui um menor alcance do que uma manifestação baseada no que há de mais moderno em redes telemáticas. Explica-se: um *site* ou vídeo viral pode ser acessado, na pior das hipóteses (quando do uso do recurso textual), por pessoas de todo um contingente de países que fala a mesma língua. Se os recursos forem outros, em todo o mundo. A dificuldade de alcance do hightech seria outra: a econômica. Nas palavras de Mattellart (2006, p. 234), “o esquema mecânico do processo de comunicação é consentâneo à representação linear do progresso. A inovação se difunde de cima para baixo, do centro para as periferias.”

Explica-se: a tecnologia surge, no mercado, com custos normalmente mais altos. Os primeiros momentos de aparelhos de última geração nas prateleiras são reservados àqueles que possuem alguma reserva monetária para experimentar novas demandas. Quando o aparelho consegue sobreviver a este período inicial de introdução no mercado, aí sim a tecnologia vai sendo aprimorada, barateada, melhor distribuída. Como exemplo, tomemos o telefone da Apple, o Iphone. Lançado em junho de 2007 e já cercado de grande expectativa, o aparelho continha bloqueios, impedindo o uso com diversas operadoras, restringindo as compras.

Isso vem sendo resolvido através de desbloqueios realizados por técnicos em eletrônica, que foram desconstruindo tais travas de segurança, popularizando o produto. O sucesso foi tão grande que abriu-se um filão de *smartphones* “canivetes-suíços”, com funções que iam muito além das ligações telefônicas. Tais produtos “genéricos” não possuem todas as funções, mas são muito mais baratos que o aparelho da Apple, fazendo o acesso à tecnologia ser muito mais amplo, dois anos depois do lançamento.

Isso demonstra como a tecnologia leva algum tempo para ser disseminada, o que gera restrições para uso como ferramenta ativista. Muito embora ele grave e publique vídeos e fotos na internet, possibilite atualização de blogs e se conecte a redes de troca de mensagens como o MSN ou *Twitter*, mostrando-se muito útil na guerrilha midiática, o aparelho precisa chegar às mãos dos ativistas pra cumprir seu papel. Dois anos depois, o *Iphone* e seus “primos” genéricos ganharam força de mercado, instaurando-se como ferramenta acessível.

Uma vantagem da manifestação de baixa tecnologia está atrelada à idéia de ocupação da cidade, que nos leva à outra característica da intervenção: não é preciso procurar por uma intervenção urbana. Ela simplesmente ocorre, para os atingidos. Quase que acidentalmente. Não é preciso estar atento a ela para que sejamos pegos no processo semiótico sugerido. Não é preciso procurar. Basta um olhar de relance para um muro abandonado ou ser atraído por um “psiu” na rua para que a situação nos inunde.

Este contato direto, pelo menos em sua contemporaneidade, abarca uma gama de possibilidades que a intervenção baseada em tecnologias de ponta não consegue: a interação humana direta, que, se não é assim tão imprescindível do ponto de vista dialógico, gera uma gama de processos comunicativos que passa pela leitura mútua de diversas outras linguagens. O contato analógico ainda superaria o digital por sua gama de informações simultâneas superior, gerando, num encontro em condições perfeitas, um leque mais amplo ou, no mínimo diferente, de informações.

(...) buscar o interpretante último final, ou seja a mudança de hábitos, por meio de signos genuínos (...), seria um processo incompleto, predominantemente racional, no qual se perderia o impacto das degenerescências sígnicas, tanto de secundidade como de primeiridade, que propiciam mudanças no hábito dos sentimentos. (PIMENTA, 2006, p.5)

Outra vantagem da intervenção direta está na disposição em aproveitar-se da rotina diária das pessoas. Ela agiria sobre a distração dos transeuntes, que na maioria dos casos, não sai de casa a procura de tais interações. Este estado de surpresa nos deixaria mais abertos às sugestões, já que nosso corpo não reconheceria, nessas ocasiões, as rotinas (ou hábitos) com as quais nossos princípios-guia trabalham.

O ambiente participativo é uma variável possível (e digamos, até almejável) em ambas as escolhas. A aproximação por afinidade, por interesse e em ambientes de teste pode ocorrer tanto online quanto ao vivo. Neste ponto a tecnologia leva também a vantagem do alcance, já que o acesso passa a ser possível em qualquer lugar. A intervenção urbana fica com a familiaridade da cidade e proximidade física com os outros membros.

O caráter físico da intervenção urbana pode gerar também uma afirmação da esfera social atingida como comunidade: antes de chegar ao interpretante lógico, o emocional e energético seriam mais exigidos porque a linguagem do ativista pode ser mais voltada para o local: se uma pichação como a existente na cidade de Juiz de Fora, com o retrato do prefeito com roupas de presidiário, pode ser decifrada por um pesquisador estrangeiro ou leitor assíduo de

jornais, ela é muito mais facilmente assimilada por aqueles juiz-foranos que se preocupam com a política local, o que reforça o caráter degenerado do signo, aproximando-o mais rapidamente do objeto.

6. Conclusão

Muito embora seja precipitado apontar conclusões definitivas sobre o controverso assunto, podemos afirmar que as manifestações ativistas que procuram agir na esfera da cultura (modificação de paradigmas) são válidas no processo de transformação. Quando a mudança de hábito alcança um patamar razoável dentro da coletividade, ela torna-se o novo hábito, atualizado por processos semióticos vários, sendo alguns seguramente provocados. Podemos afirmar que esta é a maior contribuição de um movimento de transformação no convívio social, posto que o pensamento precede a ação.

Não há ainda, apesar dos esforços da ciência da informação, como mesurar em que medida estas pequenas intervenções pesam na mudança de direção da história. Mas tais processos tornam estas guinadas mais perceptíveis e populares, posto que procuram arrebatar membros para suas causas, aumentando o caráter coletivo do debate, tentando alcançar uma razoabilidade ideal para a mudança de paradigma.

Como tentamos apresentar com este trabalho, o ativismo lowtech, usando ainda muito trabalho manual e contato humano, é deveras mais bem explorado do ponto de vista da degenerescência. As inferências ainda ocorrem muito mais facilmente nos níveis emocional e energético nas atuais configurações dos veículos de baixa tecnologia. Com a crescente e exponencial tecnologização da sociedade, podemos esperar, sem disfarçar certo otimismo, que a hibridização entre tecnologias alta e baixa alcancem um ponto de razoabilidade mais interessante no futuro. O ativismo hightech contemporâneo ainda dá seus primeiros passos no sentido de uma catalogação de técnicas e estratégias, mas um aprimoramento neste sentido pode facilitar a atuação sobre os princípios-guia em nível global, ampliando a gama de possibilidades de uma razoabilidade coletiva em seu sentido mais pleno. A ampliação do diálogo e da disponibilização de informação parecem ser as alternativas do ativismo pacífico.

7. Referências Bibliográficas

BLISSET, Luther. **Guerrilha Psíquica**. São Paulo: Conrad, 2001.

CASTELLS, Manuel. **A Sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. **Inovação, liberdade e poder na era da informação**. In: MORAES, Denis de (org.). **Sociedade Mdiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

FERRARA, Lucrecia D'Alessio. **Espaços Comunicantes**. Annablume: São Paulo, 2007.

_____. **Design em espaços**. Edições Rosari: São Paulo, 2002.

FLORISSI, Stefano, VALIATI, Leandro. **A constituição de lugares e seus condicionantes econômicos e extra-econômicos na formação do patrimônio cultural**. In: IV ENECULT - Encontro de Estudos Multidisciplinares em Cultura, 28 a 30 de maio de 2008. Faculdade de Comunicação/UFBA, Salvador-Bahia-Brasil.

GRADIM, Anabela. **Universos Dialógicos em Peirce**. Disponível em www.bocc.org.br. Consultado em 11/03/2009.

HOME, Stewart. **Assalto à cultura: utopia subversão guerrilha na (anti)arte do século XX**. São Paulo: Conrad, 1999.

INTERNACIONAL SITUACIONISTA. **Situacionista: teoria e prática da revolução**. São Paulo: Conrad, 2002.

_____. **Apologia da Deriva: Escritos Situacionistas sobre a cidade**. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2003.

MATELLART, Armand. **Para que “Nova Ordem Mundial da Informação”?**. In: MORAES, Denis de (org.), **Sociedade Mdiatizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

PEIRCE, Charles Sanders. (1931 – 1958) **Collected Papers**. 8 vols. Cambridge: Harvard University Press.

PIMENTA, Francisco José Paoliello. **Hipermídia e ativismo global**. Rio de Janeiro: Sotese, 2006.

_____. **Pragmatismo: referência epistemológica para ciberativistas?** In: XV COMPOS, São Paulo, 2006.

PRADO, José Luiz Adair (org). **Crítica das Práticas Midiáticas: da Sociedade de Massa as ciberculturas**. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

SANTAELLA, Lúcia. **Culturas e artes do pós-humano**. São Paulo: Paulus, 2003.

_____. **Teoria Geral dos Signos**. São Paulo: Cengage Learning, 2000.

_____. Contribuições do pragmatismo de Peirce para o avanço do conhecimento. **Revista de Filosofia**. Curitiba, v. 16 n.18, p. 75-86, jan./jun. 2004.